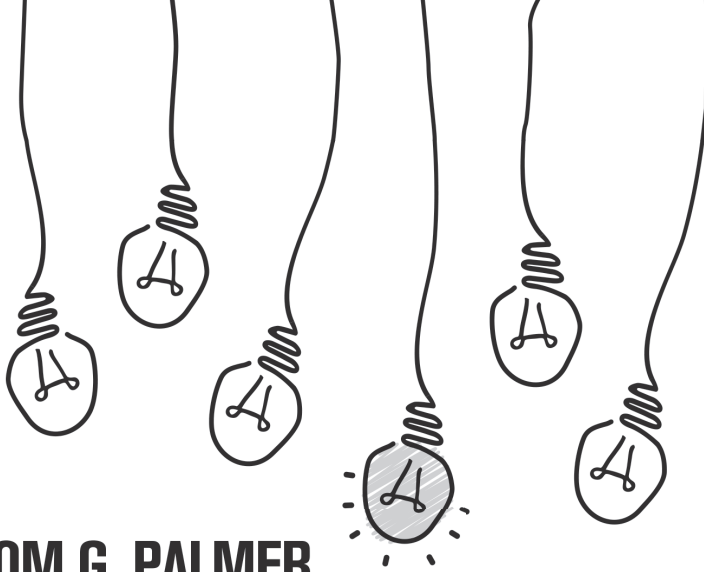




TOM G. PALMER

CONSTITUIÇÃO DA LIBERDADE

***Um tratado sobre
Direitos e Deveres***



TOM G. PALMER

CONSTITUIÇÃO DA LIBERDADE

***Um tratado sobre
Direitos e Deveres***

TRADUÇÃO: MATHEUS PACINI

Este livro é teórico e prático. Ele pode ajudá-lo a viver uma vida mais feliz, ser uma pessoa melhor e desfrutar dos benefícios da liberdade e responsabilidade. O autocontrole é a alternativa ao Estado babá, ao Estado proibicionista e ao Estado de bem-estar social.

Entrelaçando estudos de caso com *insights* científicos, históricos e filosóficos, aqui está um manual para pessoas livres que querem viver em sociedades livres, pacíficas, cooperativas, prósperas e justas.



1

A GRANDE ESCOLHA

Por Tom G. Palmer

“Eles [os detentores de autoridade] estão sempre prontos para nos poupar de toda classe de problemas, exceto o de obedecer e pagar! Eles nos dirão: ‘Qual é, no final das contas, o objetivo de nossos esforços, o motivo de nossos labores, o objeto de todas as nossas esperanças? Não é a felicidade? Bem, deixe essa felicidade para nós, e a daremos a vocês.’ Não, senhores, não devemos deixá-la para eles. Não importa quão tocante seja tal compromisso, as autoridades devem ficar dentro de seus limites. Que se limitem a ser justas. Nós assumiremos a reponsabilidade por nossa própria felicidade”.^[2]

– BENJAMIN CONSTANT

PODE HAVER LIBERDADE SEM RESPONSABILIDADE, OU *responsabilidade sem liberdade? Podemos escolher ser livres e responsáveis? Por que isso importa? Neste capítulo, esclarecemos os termos, definimos as questões e explicamos o argumento a favor de escolher uma vida de responsabilidade e liberdade.*

Cada um de nós enfrenta uma importante escolha: devemos defender ativamente o autocontrole ou aceitar passivamente o controle estatal? O autocontrole proporciona uma vida de liberdade e responsabilidade, em que alcançamos nossa dignidade em paz e harmonia com os outros. Essa é a vida que um ser humano merece. O autocontrole é a base da prosperidade e do progresso. Por sua vez, o controle estatal oferece uma vida de obediência, subserviência e temor; promove a guerra de todos contra todos, na luta pelo poder para controlar as vidas dos demais. O autocontrole é um princípio simples e claro, aplicável a todos: temos apenas uma vida para viver. O controle estatal não tem um princípio claro e simples, e incita o conflito, na medida em que indivíduos e grupos tentam controlar o Estado e uns aos outros, ou escapar de seu controle.

Pessoas livres não são subservientes, tampouco estão descontroladas: elas assumem o controle de suas vidas, o que é, ao mesmo tempo, um ato de liberdade e de responsabilidade. Na verdade, ambas estão interligadas e uma não vive sem a outra.

Crianças dependentes querem liberdade sem responsabilidade; adultos independentes adotam ambas. Uma vida de liberdade e responsabilidade só satisfaz quem assume o controle de sua vida. Essa é a vida de um adulto, e não a de uma criança; de um cidadão, e não de um súdito; de uma pessoa, e não de um objeto. Não devemos esperar que nosso bem-estar e nossa felicidade venham dos outros ou da boa vontade do Estado. O governo é instituído entre os homens não para garantir a nossa felicidade, mas para garantir o nosso direito à *busca* da felicidade. Somos responsáveis pela nossa própria felicidade.

RESPONSABILIDADE E LIBERDADE

Responsabilidade: para alguns, a palavra evoca imagens de velhinhos repreendendo jovens a sentar direito, fazer o dever de casa ou ligar para sua madrinha para agradecer pelo presente de aniversário. Não surpreende, portanto, que a consideremos algo chato, tedioso e que nos impede de desfrutar a nossa liberdade. Essas imagens sugerem que o objetivo da liberdade é fugir das responsabilidades.

De fato, ser responsável não é chato, nem tedioso, e muito menos nos afasta da liberdade. Ser responsável implica, às vezes, fazer coisas não tão prazerosas, ou mesmo grandes sacrifícios. No entanto, ser responsável traz a maior das satisfações humanas. Ser responsável é, ao mesmo tempo, uma grande aventura e um ato de coragem. Merecemos a liberdade porque podemos ser responsabilizados por nossos atos, fazer escolhas e exercer nosso autocontrole. A responsabilidade não é um fardo que devemos carregar para sermos livres; pelo contrário, a consciência do "eu fiz isso" é o que torna a liberdade uma recompensa pela qual devemos lutar. A responsabilidade é a chave para a realização pessoal.

Não merecemos ser livres só porque temos desejos ou impulsos. Merecemos ser livres – controlar nossas próprias vidas – porque temos responsabilidade moral perante os outros, Deus (para os crentes) e nossa consciência. Como um dos filósofos morais mais influentes escreveu centenas de anos atrás:

Um ser moral é um ser responsável. Um ser responsável, como diz o termo, é um ser que deve prestar contas de suas ações ao próximo, e que, por conseguinte, deve regulá-las à boa vontade desse outro.^[3]

Adam Smith seguiu explicando que o desenvolvimento de uma consciência moral implica responder não só aos outros, mas a nós mesmos, pois buscamos não só sermos *admirados*, mas também *dignos de admiração* – dois objetivos que podem parecer similares, mas que "ainda são, em muitos aspectos, distintos e independentes entre si".^[4]



2

COMO A QUÍMICA CEREBRAL EXPLICA A LIBERDADE HUMANA E NOS AJUDA A REALIZÁ-LA

Por John Tierney

A força de vontade é como um músculo? Você pode exercitá-la? Pode stressá-la ou cansá-la? Pode fazê-la crescer? Psicólogos experimentais aprenderam muito sobre a força de vontade nas últimas décadas. A boa notícia é que muito desse conhecimento tem valor prático. Você pode fortalecer sua força de vontade, melhorar sua vida e, através do autocontrole, ser livre. John Tierney escreve sobre ciências no New York Times e é coautor, com o psicólogo experimental Roy Baumeister, do livro Willpower: Rediscovering the Greatest Human Strength (Nova York: Penguin Books, 2011).

EM 4 DE JULHO DE 1776, QUANDO SUA DECLARAÇÃO

revolucionária sobre a liberdade humana foi promulgada, Thomas Jefferson também produziu um texto menos festejado.

“Termômetro comprado na Pd Sparhawk”, anotou ele, contabilizando o valor preciso – 3 libras e 15 *shillings* – que havia pago naquele dia na loja de John Sparhawk, na Filadélfia. Nem mesmo a Declaração da Independência o distraía do registro meticuloso de cada compra. Ele mantinha sua contabilidade atualizada, mas o zelo pelo autocontrole – estabelecer metas e monitorar comportamentos – era comum entre seus pares. Na adolescência, George Washington escreveu uma lista de “110 regras de civilidade” que cobriam tudo, desde boas maneiras à mesa (“não beber nem falar com a boca cheia”) até moralidade (“tenha diversões responsáveis, não pecaminosas”). O jovem Benjamin Franklin mantinha uma tabela semanal de seu progresso em direção a 13 virtudes específicas. Ao notar qualquer lapso em temperança, frugalidade, industriiosidade, asseio ou outras virtudes, comprometia-se a “dominar qualquer impulso motivado por inclinação natural, costume ou amizades”. Os fundadores dos Estados Unidos acreditavam no direito inalienável à liberdade, mas sabiam que ela dependia da responsabilidade pessoal. Para se livrar do domínio de um tirano, os homens precisavam ser capazes de governar a si mesmos: essa verdade parecia autoevidente.

Hoje, ela é ainda mais evidente, embora os cientistas sociais tenham levado algum tempo para assimilá-la. Durante o século XX, conforme pesquisadores estudavam as forças irracionais e inconscientes no cérebro, sua fé no autocontrole esmoreceu, sendo substituída pela fé no controle estatal: mais e mais regras e programas para nos proteger de nós mesmos. Hoje em dia, graças a novas pesquisas, os benefícios do autocontrole voltaram à tona. Os cientistas sociais o consideram a virtude suprema, essencial para o sucesso individual e a harmonia em sociedade. Eles já mediram seu impacto sobre o comportamento, e têm uma boa noção de como ele opera no cérebro. Descobriram, para sua surpresa, que a força de vontade não é apenas uma metáfora ultrapassada.

O termo “força de vontade” foi introduzido pelos vitorianos que partilhavam do entusiasmo dos fundadores dos EUA pelo autocontrole. Eles

se viam em uma época de transição à medida que as certezas e as rígidas instituições da Europa medieval se extinguíam. Os camponeses medievais tinham confiado em formas externas de controle comportamental: a *dicta* do senhor, os mandamentos da Igreja e as regras rigidamente aplicadas do vilarejo. Mas, com a migração crescente para as cidades nos séculos XVIII e XIX, eles deixaram de ser refreados por igrejas locais, pressões sociais e crenças universais. A Reforma Protestante tinha tornado a religião mais individualista, e o Iluminismo enfraquecera a fé em qualquer tipo de dogma. Um tema popular de debate entre os vitorianos era se poderia haver moralidade sem religião. Como se preocupavam com a decadência moral e as patologias sociais concentradas nas cidades, eles procuravam algo mais tangível que a graça divina, uma força interna que pudesse proteger até mesmo um ateu.

Eles passaram a chamá-la de *força de vontade* devido à noção popular de que algum tipo de força estava envolvido, um equivalente interno à energia do vapor na Revolução Industrial. As pessoas buscavam aumentar seu estoque dessa força seguindo as exortações do inglês Samuel Smiles em *Self-Help*, um dos livros mais populares do século XIX em ambos os lados do Atlântico. “A paciência é força de espírito”, lembrava ele aos leitores, explicando o sucesso de todos os grandes homens, de Isaac Newton a Stonewall Jackson, como o resultado do “espírito de sacrifício” e da “perseverança incansável”.

O fascínio pela força de vontade diminuiu no século XX em parte como reação aos excessos dos vitorianos, em parte devido às mudanças econômicas e às guerras mundiais. O prolongado derramamento de sangue da I Guerra Mundial pareceu uma consequência da obstinação de muitos cavalheiros cumprindo o seu “dever” e morrendo por causas sem sentido. Os intelectuais pregavam uma perspectiva de vida mais tranquila nos Estados Unidos e em partes da Europa Ocidental – mas não, infelizmente, na Alemanha, onde desenvolveram uma “psicologia da vontade” que guiou o país durante sua lenta recuperação da guerra. Esse tema seria abraçado pelos nazistas, cuja realidade em 1934 foi exibida no execrável filme de propaganda de Leni Riefenstahl, *The Triumph of the Will*. O conceito nazista de obediência civil



3

VIDA NO ESTADO DE BEM-ESTAR: COMO O ASSISTENCIALISMO IMPACTA SEUS BENEFICIÁRIOS

Por Lisa Conyers

*Como é a vida quando a responsabilidade pelo bem-estar do indivíduo foi assumida pelo Estado? De quanta liberdade o indivíduo desfruta quando submetido a teste de drogas, controles sobre o consumo de álcool ou testes compulsórios de maternidade? Qual é o impacto sobre a busca da felicidade quando ela é amplamente pautada por imperativos burocráticos? Lisa Conyers é diretora de estudos políticos para o DKT Liberty Project e coautora, com Phil Harvey, de *The Human Cost of Welfare: How the System Hurts the People It's Supposed to Help* (Santa Bárbara: Praeger, 2016), em que ela entrevistou profissionais de saúde e homens e mulheres dependentes da seguridade social ao redor dos Estados Unidos nas ruas, lavanderias, abrigos, estações de ônibus, favelas e reservas indígenas.*

NO FINAL DA DÉCADA DE 1980 E INÍCIO DA DÉCADA DE 1990, e novamente de 2012 a 2014, viajei pelos Estados Unidos entrevistando uma ampla amostragem de pessoas que dependiam de programas específicos de assistência pública, também chamados de programas de “bem-estar social”. Minha meta era descobrir se depender do assistencialismo impactava a liberdade dos beneficiários na busca da felicidade, e se eliminar a responsabilidade por seu próprio sustento mudava a percepção das pessoas sobre suas próprias vidas. Era possível ser feliz sem contribuir para a sua própria sobrevivência?

O que dizer sobre a relação crucial entre liberdade e responsabilidade? O que acontece quando as pessoas renunciam à sua liberdade em troca de uma vida controlada por burocracias sem rosto? Perdem seu senso de responsabilidade pessoal? Perdem de vista como é ser livre e o que isso significa?

É claro, viver da assistência envolve algumas responsabilidades, incluindo a papelada necessária para se qualificar nos mais diversos programas federais, estaduais e municipais de auxílio público. No entanto, esse tipo de trabalho não contribui para a riqueza, as habilidades e a autoestima dos beneficiários.

Enquanto aprendia sobre as relações entre assistência social e trabalho, entre liberdade e felicidade, o que mais me surpreendeu foram as diversas formas como o assistencialismo gera um efeito contrário ao pretendido, prejudicando aqueles que supostamente deveria ajudar. Dentre os aspectos mais revoltantes dessa dependência está a tendência de manter as pessoas na pobreza (e, às vezes, a empobrecê-las ainda mais); de ver a conquista de um emprego como um prejuízo, e não uma recompensa; e, talvez mais doloroso, de aplicar um duro golpe nos sentimentos de autoestima e dignidade do indivíduo, gerando o senso de perda do controle sobre sua própria vida e destino.

O que segue é um resumo das muitas formas pelas quais usurpar a responsabilidade das pessoas por seu próprio bem-estar, tornando-as dependentes do governo, afeta suas vidas. Antes, todavia, analiso brevemente como os norte-americanos chegaram a ter um estado assistencialista tão grande, e como ele manipula aqueles que se tornaram suas vítimas.

UMA BREVE HISTÓRIA DO ESTADO DE BEM-ESTAR

No início dos anos 1960, antes do lançamento da “guerra contra a pobreza” do presidente Lyndon Johnson, os norte-americanos gastavam 6% do PIB em programas de bem-estar mediante comprovação de renda;^[54] hoje, gastam quase 14,5%.^[55] Em 1965, quando a “guerra” foi lançada, 20% da população – cerca de 39 milhões de norte-americanos – era considerada pobre.^[56] Hoje, menos de 14% se encaixam nessa estatística; uma melhoria significativa, mas ainda restam 44 milhões na pobreza.^[57] Além disso, cerca de US\$ 700 bilhões do orçamento federal de US\$ 3,5 trilhões é gasto em programas para os pobres.^[58] Os benefícios concedidos custam US\$ 10 mil por ano ao contribuinte médio.^[59] Hoje, um em cada cinco norte-americanos depende de pelo menos uma forma de assistência pública. Cerca de 46 milhões de cidadãos, quase um em seis, vivem de vale-alimentação.^[60]

A “guerra” de Johnson exigia uma definição de pobreza para determinar quem se qualificaria para os benefícios. Desde 1965, ela tinha sido definida como um padrão de vida abaixo de uma “linha de pobreza” determinada pelo governo federal. Seu cálculo é feito pelo Department of Health and Human Services, e equivale a três vezes o custo anual de uma dieta americana adequada.^[61] Em outras palavras, você é oficialmente pobre se sua renda é três vezes ou menos o custo anual dessa dieta. Essa fórmula não mudou em 50 anos. Em 1965, a linha de pobreza era de US\$ 2 mil (US\$ 11.600 na cotação atual do dólar ajustada pela inflação).^[62] Em 2015, a linha de pobreza é quase a mesma: US\$ 11.770.^[63] Até 2008, caso sua renda fosse igual ou inferior a isso, você era considerado pobre, portanto, elegível para os benefícios.

Mas em 2008, com a aprovação do American Recovery and Reinvestment Act (ARRA, a resposta federal à recessão de 2008), o governo federal injetou bilhões de dólares na economia dos EUA para supostamente evitar uma nova Grande Depressão. Dentre suas metas, ele estendeu os benefícios assistencialistas a pessoas com rendas que superavam em 400% a linha de pobreza oficial,^[64] o que resultou em um aumento gigantesco nos gastos de assistência social. Hoje, os programas assistencialistas americanos não atendem apenas os pobres, mas também a classe média.